

REGIÃO SUL : INSERÇÃO NACIONAL FRENTE AO MERCOSUL — MUDANÇA ESTRUTURAL E PERSPECTIVAS

Aldair Tarcisio Rizzi*
Claus Magno Germer*

As transformações ocorridas na economia brasileira nas últimas décadas consolidaram um parque industrial altamente complementar e integrado nos diversos segmentos do tecido industrial. Essas transformações ao nível da produção industrial, e que se estenderam também ao setor agrícola, trouxeram como resultado alterações no padrão de urbanização e nas formas de vida da população. Num curto espaço de tempo, ocorreu uma verdadeira "revolução" nas formas de produzir, com elevado grau de absorção das modernas tecnologias maduras e disponíveis no mercado internacional.

A intensidade dessas transformações tem como marco histórico a fase da industrialização pesada sob o Plano de Metas, quando se lançaram, internamente, as bases técnicas para o desenvolvimento endógeno da economia brasileira. É a fase em que se dá a implantação de um parque industrial complementar e altamente integrado, conformado sobre o tripé departamental dos setores produtores de bens de capital, de bens de consumo duráveis e de bens de consumo não duráveis. A partir dessa fase, passando pelo período das reformas institucionais dos anos 60 e o posterior período do "milagre brasileiro", até a fase do II PND, alteraram-se profundamente os cenários sócio-econômicos nacional e regional.

Assim, além da constituição de um parque industrial moderno e diversificado, do processo de modernização da agricultura, do incremento da urbanização, promoveu-se a definitiva integração do mercado nacional, ainda que se tenham acentuado os desequilíbrios regionais. Ao mesmo tempo e com forte incentivo de políticas públicas de estímulo às exportações, a economia brasileira elevou o grau de inserção no mercado internacional em segmentos vinculados ao setor agropecuário e em segmentos da indústria manufatureira. Na verdade, a expansão da penetração de produtos brasileiros no mercado externo está atrelada não só ao forte incentivo governamental, mas também às transformações de seu parque produtivo, que passou por intenso processo de diversificação, elevando a gama de produtos incluídos na pauta de exportações e, conseqüentemente, evitando a especialização no fornecimento de matérias-primas de origem agrícola que ainda se constituem no principal segmento de inserção no mercado internacional de alguns países subdesenvolvidos. Esse aspecto é importante na medida em que, além de possibilitar a abertura de novos mercados, permite reduzir os efeitos do forte protecionismo dos países capitalistas avançados, que é muito mais intenso sobre produtos agrícolas¹.

* Professor da Universidade Federal do Paraná

¹ Estima-se que o nível global de proteção à agricultura dos países industrializados chega a ser, em média, três vezes superior ao do setor industrial (FONSECA, s.d.).

1 - A integração da Região Sul no contexto nacional

Nesse contexto geral da unificação econômica nacional, as diversas regiões do País participaram de forma diferenciada, algumas com maior intensidade do que outras. A Região Sul, como se pode verificar na Tabela 1, caracterizou-se como uma das regiões mais importantes no desenvolvimento da economia brasileira, particularmente no período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial até 1975, transformando-se em uma das mais importantes regiões agrícolas do País, em especial como produtora de grãos. Essa trajetória baseou-se em dois fatores principais: a crescente inserção da Região na divisão inter-regional do trabalho, a nível nacional, como produtora de matérias-primas agrícolas para os mercados interno e externo; e o papel do Paraná como principal fronteira de expansão agrícola do País até 1975. Por outro lado, a Região passa a se inserir de forma mais efetiva no desenvolvimento industrial nacional, especialmente a partir de fins dos anos 60 e durante a década de 70, quando se desencadeia a nível nacional o processo de modernização da agricultura. Nessa fase, constituem-se segmentos industriais estreitamente vinculados à agricultura, e setores industriais importantes, de maior dinamismo, como mecânica e material de transporte, tomam-se expressivos. Evidentemente, a conformação econômica da Região está relacionada com o processo histórico de sua inserção na vida sócio-econômica do País, o qual se consolida e se dinamiza no processo das transformações das últimas décadas. O resultado desse processo é que, atualmente, a Região Sul constitui um dos pólos mais importantes no cenário da economia brasileira, tendo elevada participação na composição do Produto Interno Bruto nacional (Tabela 1).

Tabela 1

Participação percentual das regiões do País
no PIB brasileiro — 1970-1985

REGIÕES	1970	1975	1980	1985
Norte	2,2	2,0	3,3	3,9
Nordeste	11,7	11,1	12,0	13,1
Sudeste	65,5	64,9	62,3	57,6
Sul	16,7	17,9	17,0	16,7
Centro-Oeste	3,9	4,1	5,4	8,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE.

Examinando a Tabela 1, dois aspectos significativos destacam-se de imediato. O primeiro é que, a partir dos anos 70 e com maior ênfase nos anos 80, os dados indicam uma relativa desconcentração regional em favor das áreas periféricas, crescendo particularmente a participação da Região Centro-Oeste, que se caracterizou nos últimos anos como espaço de fronteira agrícola. Esse processo de desconcentração — cuja visualização exata requer informações mais detalhadas — tem sua origem no setor industrial, como pode ser constatado na Tabela 2. A importância específica dos setores industrial e agropecuário a nível de Brasil mantém a Região Sul como um dos centros de maior dinamismo do País atualmente, inferior apenas à Região Sudeste (Tabela 2).

Assim, mesmo preliminarmente, pode-se dizer que, de certa forma, se inverte a tendência dos períodos anteriores de extrema concentração regional, quando o pólo dinâmico se fixou em São Paulo.

Tabela 2

Participação percentual dos setores agropecuário e industrial
no PIB nacional, segundo as regiões do País — 1970-1985

REGIÕES	1970		1975		1980		1985	
	Agrope- cuária	Indús- tria	Agrope- cuária	Indús- tria	Agrope- cuária	Indús- tria	Agrope- cuária	Indús- tria
Norte ..	4,1	1,0	3,7	1,3	5,6	3,2	6,6	4,1
Nordeste	20,9	7,0	19,8	7,5	19,5	9,3	19,0	12,1
Sudeste	34,2	79,1	32,1	75,3	34,7	69,1	39,1	65,7
Sul	33,4	12,0	36,1	14,8	29,5	16,2	27,2	15,7
Centro- -Oeste	7,4	0,9	8,3	1,1	10,7	2,2	8,1	2,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE.

O segundo aspecto refere-se à evolução da Região Sul no contexto nacional, que difere acentuadamente das demais regiões. Ao contrário destas, a participação da Região Sul no PIB nacional aumenta até 1975 e decresce nos dois anos censitários seguintes, conforme pode ser observado na Tabela 1. A Tabela 2 permite identificar, em linhas gerais, os condicionantes dessa trajetória. Entre 1970 e 1975, a participação da Região aumentou tanto na agricultura quanto na indústria, o que significa que ambos os setores regionais cresceram, nesse período, a taxas superiores às médias nacionais. Foi nessa época que se deu, efetivamente, o auge da expansão agrícola do País, baseada na profunda reestruturação tecnológica do sistema produtivo, na mudança da composição da produção e na reinserção ampliada nos mercados internacionais. Embora a Região Sul, a partir de 1975, reduza sua participação relativa na renda do

setor agropecuário nacional, ainda se constitui, da mesma forma que o setor industrial, num dos centros de relativa importância no cenário nacional.

A inflexão na participação agrícola da Região Sul após 1975 decorre da mudança das condições básicas que haviam permitido a expansão anterior. Por um lado, pode-se considerar esgotada, em 1980, a fronteira agrícola da Região, nas condições tecnológicas correntes (MELO, 1985); por outro, a partir dessa data dois fatores assumem importância crescente no perfil regional da agricultura brasileira: a expansão agrícola nas Regiões Centro-Oeste e Norte, especialmente na primeira, e a recuperação da agricultura na Região Sudeste. O Centro-Oeste constitui a principal fronteira expansiva agrícola atual, o que pode ser ilustrado pelo significativo crescimento cerealífero da Região em área, produção e rendimento, nos 15 anos anteriores a 1989, paralelamente ao declínio da Região Sul em termos relativos (Tabela 3). Por outro lado, a vigorosa recuperação da agricultura do Sudeste, a partir de 1980, foi determinada principalmente pela imprevista revitalização da cafeicultura (principalmente em Minas Gerais), pela explosiva expansão da cana-de-açúcar (PROÁLCOOL) e da citricultura, e pela acentuada diversificação na direção de produtos de consumo conspícuo, como frutas, hortaliças, etc.

Tabela 3

Área e produção agregada de arroz, milho e soja nas Regiões Sul e Centro-Oeste e em relação ao Brasil — 1974-76 e 1989

DISCRIMINAÇÃO	1974-76					1989				
	Área		Produção		Produção/ Área (t/ha)	Área		Produção		Produção/ Área (t/ha)
	1 000ha	%	1 000ha	%		1 000ha	%	1 000ha	%	
Região Sul	10 280	-	20 170	-	1,86	12 332	-	28 351	-	2,30
Região Centro-Oeste	3 061	-	4 094	-	1,34	7 379	-	16 475	-	2,23
Brasil	22 219	-	34 553	-	1,56	30 021	-	61 477	-	2,05
Região Sul/Brasil	-	48,7	-	58,4	1,19	-	41,4	-	46,1	1,11
Região Centro-Oeste/Brasil	-	13,8	-	11,9	0,86	-	24,6	-	26,8	1,09

FONTE: CEPAGRO/IBGE.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1974) Brasília, IBGE.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1975) Brasília, IBGE.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1976) Brasília, IBGE.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1989) Brasília, IBGE.

NOTA: Para o segundo período da tabela (1989) não foi feita a média trienal, porque a safra média foi uniformemente bem em todo o País, assim como as anteriores.

No setor industrial, a Região Sul mantém sua participação em patamares acima da Região Nordeste a qual também aumentou sua participação no produto interno da indústria brasileira e onde estão incluídos estados como Pernambuco e Bahia, este último com expressiva base industrial assentada no pólo petroquímico. Tal desempenho deveu-se a um conjunto de fatores, dentre os quais cabe destacar: em primeiro lugar, a expansão de um novo setor agroindustrial, articulado ao processo de modernização tecnológica, por um lado, e ao processamento de novas matérias-primas, por outro; a

implantação de novos segmentos industriais sem vinculação direta com a agricultura regional e que encontram sua explicação na expansão do setor industrial nacional; finalmente, a ampliação e a modernização do segmento industrial de bens de consumo não duráveis tradicionais — como, por exemplo, a indústria têxtil —, impulsionadas pela expansão do mercado nacional, a partir de meados da década de 60, e pela penetração em mercados externos.

As características da inserção de cada região na economia nacional não podem ser avaliadas apenas pela sua participação na renda interna agregada. A dinâmica demográfica e a participação da população na renda gerada internamente são atributos que qualificam o processo de desenvolvimento da região. Isto é, a distribuição regional da renda nacional e a repartição da mesma no plano interno da região indicam o grau de equanimidade do desenvolvimento. Entretanto, apesar de não ser possível, neste artigo, discutir informações detalhadas sobre a distribuição da renda entre as diversas classes sociais da Região, é possível fazer alguns exercícios que dêem indicações sumárias do movimento populacional e da produtividade das economias regionais através do indicador de renda *per capita*. A participação da Região na renda nacional, confrontada com a sua inserção na distribuição geográfica da população total possibilita a algumas conclusões a esse respeito. Na Tabela 4, apresentam-se os dados combinados de distribuição regional da renda e da população, para os anos censitários de 1970, 1980 e 1985. Acrescenta-se, em cada ano, uma coluna que fornece o índice da renda *per capita* de cada região em relação à renda *per capita* nacional, média igualada a 100.

Tabela 4

Distribuição regional do PIB e da população e índice da renda "per capita" regional — 1970-1985

REGIÕES	1970			1980			1985		
	Y (1)	População (2)	Renda "per capita" (3)	Y (1)	População (2)	Renda "per capita" (3)	Y (1)	População (2)	Renda "per capita" (3)
Norte	2,2	3,9	56	3,3	4,9	67	3,9	5,6	70
Nordeste	11,7	30,2	39	12,0	29,3	41	13,1	28,8	45
Sudeste	65,5	42,8	153	62,3	43,5	143	57,6	43,6	132
Sul	16,7	17,7	94	17,0	16,0	106	16,7	15,3	109
Centro-Oeste	3,9	5,4	72	5,4	6,3	86	87	6,7	130
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE.

(1) Y = Participação relativa da PIB regional no PIB nacional. (2) Pop = Participação relativa da população da região na população brasileira. (3) Rpc = Índice do PIB "per capita" regional.

As seguintes observações pertinentes à análise podem ser feitas: em primeiro lugar, comparando-se as Regiões Nordeste e Sul, que se encontram em patamares equivalentes de participação na renda interna do País, constata-se que, no Nordeste, há uma insuficiência acentuada de renda em relação a sua população, resultando em um nível extremamente baixo de renda *per capita* regional, a qual se situa em cerca de 40% da média nacional. No Sul, ao contrário, as participações na renda e na população

equivalem-se, de modo que a renda *per capita* regional se mantém próxima da média nacional. No caso da Região Centro-Oeste, o índice da renda *per capita* manteve-se em níveis bastante inferiores à média nacional até 1980, mas em crescimento. Tratando-se de uma região que se encontrava em pleno processo de ocupação, a evolução da sua renda *per capita* pode ser atribuída a um natural atraso da implantação econômica e da geração de renda em relação ao crescimento demográfico.

Em segundo lugar, os índices regionais da renda *per capita* podem ser tomados como indicadores dos diferenciais de produtividade e do nível geral do desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo entre as regiões. Assim, a evolução no período 1970-85 revela uma gradual redução dos desníveis inter-regionais nesses aspectos. Todavia há diferenças significativas entre as regiões, destacando-se o maior atraso relativo da estrutura produtiva do Nordeste e a maior velocidade de evolução do Centro-Oeste. Ademais, os níveis relativos de produtividade econômica de cada região refletem realidades diversas, mas sempre heterogêneas. Por exemplo, o baixo indicador do Nordeste não significa que não haja setores econômicos de alta produtividade, nem o elevado indicador do Sudeste significa que não haja setores muito atrasados.

Em terceiro lugar, pode-se verificar a peculiaridade do desenvolvimento recente da Região Sul, cuja renda *per capita* confrontada com a média nacional cresceu significativamente na década de 70, passando de 94% em 1970 para 106% em 1980. A Tabela 3 mostra que essa variação resultou de dois movimentos de sentidos contrários: por um lado, de um pequeno aumento da participação da Região na renda do País, de 16,7% para 17,0%, e, por outro lado, de uma significativa redução de sua participação na população, de 17,7% para 16,0%, resultante do forte fluxo emigratório que caracterizou a Região a partir do início da década de 70. A continuidade de tal fluxo, já identificada pelos dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, ao mesmo tempo em que reflete a continuidade do processo de reestruturação tecnológica (embora em menor intensidade) e de concentração econômica na agricultura, revela também que o ritmo de desenvolvimento industrial regional tem sido insuficiente para absorver o crescimento vegetativo da população. Essa particularidade é também responsável, em parte, pela redução da participação da Região Sul na renda interna do País entre 1980 e 1985 (Tabela 1). Se a participação da Região na renda interna do País se manteve estagnada entre 1970 e 1985, enquanto a participação na população diminuiu, houve como consequência aritmética um aumento no índice da renda *per capita* regional em relação à média nacional. Isso significa que, em certa medida, a melhoria da renda *per capita* da Região Sul é espúria, pois resultou mais da diminuição da população, devido ao êxodo rural, do que do aumento da massa de renda gerada. A evolução entre 1980 e 1985 é mais expressiva desse fenômeno, pois o índice da renda *per capita* em relação à média nacional aumenta, apesar da diminuição da Região no PIB do País. Fica patente que a elevação do índice da renda *per capita* resultou exclusivamente do fluxo emigratório. A Tabela 3 mostra que o Sudeste continuou sendo um foco de atração demográfica devido a sua expressão industrial, ao passo que o Centro-Oeste e o Norte atraem fluxos migratórios devido à expansão da fronteira agrícola ainda em curso.

2 - Indústria e agricultura: dinâmica estrutural

Embora a participação relativa da Região Sul no PIB do País permaneça de certa forma constante (Tabela 1), no interior da Região ocorrem mudanças significativas na sua estrutura produtiva. Evidentemente, a estabilização não significa que, após 1970, a economia da Região mantenha reprimidas suas taxas de crescimento. Ao contrário, justamente durante a década de 70 ocorre elevado crescimento, acompanhando, embora de forma não rigidamente sincronizada, o ciclo expansivo da economia brasileira.

Certamente, as mudanças ocorridas na Região Sul, que possibilitaram à mesma se constituir em importante segmento da economia nacional, não se restringem aos aspectos quantitativos. Internamente, em seu espaço geográfico e acompanhando de forma mais efetiva que outras regiões as mudanças nacionais, a Região Sul passa também por transformações qualitativas de extrema importância e que retiram o caráter agrícola que até então tinha predominado na sua economia. Em termos gerais, esse fato é ilustrado pela mudança da composição do PIB regional, o qual passa a contar com o peso crescente do setor industrial (Tabela 5).

Assim, além do movimento de desconcentração acima referido, a economia da Região Sul passa por mudanças de caráter qualitativo de extrema importância. Os dados da Tabela 5 refletem a ocorrência de uma transformação de grande profundidade na estrutura setorial da economia da região no período 1970-1985. Essa mudança da estrutura produtiva tem sua base assentada na configuração de um parque industrial ampliado e renovado.

Tabela 5

Composição do PIB da Região Sul, segundo os setores econômicos — 1970-1985

ANOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL (%)
1970	25,1	21,9	53,0	100,0
1975	23,7	29,1	47,2	100,0
1980	17,9	39,1	43,0	100,0
1985	15,8	37,4	46,8	100,0

FONTE: IBGE.

Durante a década de 70, a indústria expandiu a sua participação na geração da renda regional de 21,9% para 39,1%. No âmbito da estrutura industrial, observa-se que, durante os anos 70, se consolidam na Região indústrias novas, que reduzem a importância relativa da indústria alimentar até então largamente predominante.² Entretanto, embora a indústria alimentar tenha seu espaço ocupado por segmentos mais dinâmicos vinculados à metal-mecânica³, é no seu interior que se percebe mais claramente transformações significativas, que, como ocorre para o conjunto da economia brasileira, estreitam mais seus vínculos com a agricultura. No segmento agroalimentar, surgem também novos ramos de atividades, que, por consequência, impõem uma profunda diversificação em sua estrutura. Basicamente, constituem-se e consolidam-se ramos de atividade ligados à indústria de carnes, especialmente a avicultura e a indústria de óleos vegetais⁴. Esses dois segmentos da indústria agroalimentar são interligados e constituem o complexo de proteínas animais que, a partir da soja, se desdobra em ramos de atividades que são complementares e integrados verticalmente, na maioria das empresas que atuam no setor. Isso implica, por sua vez, mudanças nas relações com a agricultura, para a qual a indústria passa a determinar as formas e o que produzir.

Deve-se mencionar que a atual estrutura industrial é basicamente aquela que se conformou durante os anos 70. Durante os anos 80, as alterações não são, de um modo geral, tão profundas como as que ocorreram no período anterior. As firmas que se implantam são, na maioria dos casos, extensão dos segmentos já existentes, o que introduz mudanças não muito acentuadas, alterando, de forma não significativa, a composição. Assim, o que ocorre são mudanças de participação relativa, em função de um crescimento a partir de uma base industrial já constituída, sendo de pequena expressão as mudanças em função do surgimento de novos ramos de atividade.⁵

A mudança da estrutura produtiva na Região Sul, com base assentada na configuração de um parque industrial, não significa, entretanto, que o setor agropecuário tenha

² Nos três estados, em 1970, o gênero de produtos alimentares mantinha a primeira colocação no Valor da Produção Industrial (31,3% no RS, 22,8% em SC e 23,7% no PR). Em 1980, continua nessa posição, com exceção do Rio Grande do Sul, onde a indústria química passa a deter o primeiro lugar: em 1970 o gênero química representava no RS 13,7% da produção industrial e, em 1980, passa para 22,5%, em SC sua participação eleva-se de 2% para 6%; e no PR, de 7,7% para 24,4%. Deve-se ressaltar que, nesse gênero, está incluído o ramo de óleos vegetais, o qual, no Censo Industrial de 1980, corretamente foi transferido para o gênero produtos alimentares.

³ O grupo metal-mecânica (metalúrgico, mecânica, material elétrico e de comunicações, e material de transporte) amplia, nos três estados, sua participação na estrutura industrial em 1988. No Rio Grande do Sul, passa de 28,1% em 1970 para 22,0%; no Paraná, de 8,9% em 1970 para 13,4%; e, em Santa Catarina, de 14,6% para 18,0%.

⁴ Em 1985, a Região Sul detinha cerca de 80% da capacidade de produção instalada de esmagamento de óleos vegetais (IPARDES; 1986). No caso do abate de aves, em 1988 a Região Sul abateu cerca de 74% do abate nacional (DENARDI, 1990).

⁵ Dados mais recentes para o Paraná (IPARDES 1991), o qual nos últimos anos cresceu acima da média nacional, dão uma idéia da trajetória do setor industrial. Em 1988, a indústria de produtos alimentares continuava mantendo a liderança e praticamente não alterou sua participação em relação a 1970 (22,4% contra 23,7%); o gênero química, em 1970, detinha 7,7%; em 1980, 24,4%; e, em 1988, 20,6%, no qual está incluído o segmento de óleos vegetais; o grupo metal-mecânica expandiu-se de 8,8% em 1970 para 13,4% em 1980 e para 23,5% em 1988, enquanto o gênero madeira, que, em 1970, era de extrema importância, com 22,5% de participação, em 1980 decresceu para 15,1% e em 1988 para apenas 5,6%.

perdido importância tanto nela como no conjunto da economia brasileira, embora tenha perdido, a partir de 1980, o dinamismo que o caracterizou durante décadas anteriores. Ainda se constitui em importante produtor na atividade agropecuária, a qual passa a ter sua dinâmica atrelada aos segmentos industriais a montante e a jusante.

Deve-se ressaltar que, dentro do mesmo espaço geoeconômico da Região Sul, ocorrem especificidades que distinguem um estado do outro. Entretanto, em termos gerais e resguardando as especificidades de cada estado no que diz respeito à conformação de sua estrutura produtiva, as economias desses estados são, em seus principais ramos de atividades, altamente envolvidas no contexto dos mercados nacional e internacional⁶. São economias que nos anos 70 diversificaram seus parques produtivos e instalaram novos setores, especialmente no que se refere a alterações que ocorreram no âmbito de seu segmento agroalimentar. Nesse segmento, especificamente, se instalaram grandes empresas de capital nacional e internacional, essencialmente oligopolísticas, com elevada capacidade técnica produtiva e integradas nas transações comerciais fora do espaço econômico regional. Isto é, são empresas que se instalam nessa região e, ao mesmo tempo, destinam a maior parte de sua produção para os mercados nacional e internacional. Essas condições frequentemente recolocam em debate questões referentes à existência ou não de uma economia regional.

3 - As perspectivas da Região Sul frente ao MERCOSUL

O processo de constituição do MERCOSUL desencadeou um debate que envolve diversos segmentos sociais, além dos economistas, devendo-se destacar os interesses empresariais e regionais. Dentre os diversos aspectos relevantes da questão, sempre suscitados durante esse debate, deve-se ressaltar aquele que se refere aos segmentos econômicos brasileiros, que enfrentarão, presumivelmente, uma concorrência mais intensa, principalmente da produção argentina, à medida que a integração econômica proposta pelo MERCOSUL se torne uma realidade.

Nesse aspecto da questão, a Região Sul tornou-se ao mesmo tempo, palco e objeto do debate: por um lado, procura-se avaliar as possíveis repercussões da implantação do MERCOSUL sobre os segmentos da economia da Região, que fatalmente se defrontarão com uma concorrência acrescida, tais como a triticultura e a fruticultura de clima temperado. Assim, a economia da região, torna-se objeto de análise, recolocando a necessidade de estabelecer com precisão o conceito de economia regional, relevante para esta análise. Por outro lado, é na Região Sul que o debate tende a adquirir maior intensidade, em função da reação dos segmentos empresariais mencionados ao aumento da concorrência externa resultante da formação do bloco.

⁶ No que se refere à inserção internacional, é importante destacar, como fato ilustrativo, que, no abate de aves, a Região Sul foi responsável, em 1988, por cerca de 95% das exportações brasileiras de carne de frango; ainda é relevante mencionar que apenas três empresas sediadas na Região foram responsáveis por cerca de 75% das exportações da mesma.

A proximidade geográfica da Região Sul com a Argentina e as afinidades produtivas existentes entre elas, que acentuam a concorrência a segmentos econômicos localizados no lado brasileiro, tendem a provocar um certo obscurecimento do caráter nacional da economia da Região. Ressaltou-se, neste texto, que, dado o nível de inserção da economia da Região Sul nos mercados nacional e internacional, os problemas que a ela se colocam são os que afetam a economia brasileira. Ou seja, os fatores econômicos de dimensão nacional, embora possam afetar de modo diferenciado determinadas regiões, interferem também na dinâmica regional. Assim, a crise da economia brasileira nos anos 80 e o esgotamento do padrão de financiamento do desenvolvimento interferem na escala regional, com queda no nível de atividade e aceleração do processo de concentração de capital, inerente aos momentos de crise. Por outro lado, decorre também disso que, inversamente, os fatores que afetam especificamente os segmentos econômicos nacionais implantados na Região exercem também influência sobre o conjunto da economia nacional, embora em escala geralmente muito menor, dimensionada pela importância relativa do setor considerado na economia nacional. A esse respeito convém lembrar que, considerando a diferenciação regional da estrutura econômica, há segmentos da economia nacional que podem apresentar elevada concentração em uma região. Nesse caso, os efeitos dos fatores que afetam positiva ou negativamente tais segmentos econômicos podem também se apresentar fortemente concentrados regionalmente, dependendo da intensidade de inserção dos referidos setores nas cadeias produtivas a nível nacional, ou seja, da extensão de seus encadeamentos para frente e para trás na estrutura econômica nacional. Por exemplo, no caso da agroindústria avícola, parte significativa de sua cadeia produtiva concentra-se na própria Região Sul, de modo que os fatores que afetam a sua estabilidade apresentam efeitos fortemente regionalizados, sem que isso reflita qualquer grau de "autonomia" da economia regional em relação à nacional. O mesmo se aplica a qualquer segmento econômico localizado no próprio centro industrial do País, que é São Paulo. Assim, por exemplo, se os fatores que afetam a estabilidade da citricultura limitam seus efeitos a ela, isso não implica qualquer grau de autonomia das zonas citricolas paulistas em relação à "economia nacional".

Também deve-se frisar que a indústria de um modo geral, em seus diversos setores, apresenta grande diversidade no que se refere ao tamanho das empresas, estruturas financeira e comercial e poder de competitividade. A esse respeito, é razoável também supor que o processo de constituição do MERCOSUL poderá afetar não só algumas empresas líderes de determinado segmento de menor capacidade competitiva, como também plantas de menores tamanhos de segmentos de maior capacidade competitiva. Nos segmentos mais competitivos⁷, de maior inserção no mercado internacional e em condições de concorrer com produtos similares da produção argentina, a estrutura de mercado pode se alterar, elevando os graus de concentração econômica e de centralização de capitais no âmbito de um mercado ampliado. Essas considerações podem ser melhor sintetizadas, recorrendo-se à linha teórica da organização industrial, mais especificamente da conformação das estruturas de mercados na indústria nacional.

⁷ O termo "maior competitividade" é empregado para assinalar a existência de assimetrias de eficiências produtivas entre as firmas pertencentes à indústria. Significa, pois, diferentes níveis de produtividade e maior poder de mercado e, portanto, não deve ser confundido com a existência de maior número de firmas e maior atomização dos mercados.

Do ponto de vista teórico, a estrutura de mercado significa a forma de constituição das indústrias, ou seja, o número de firmas que as compõem, o grau de oligopolização ou a existência de empresas líderes, e a detenção por parte das mesmas de parcela significativa de participação no valor de produção de cada segmento industrial. Também do ponto de vista teórico, é impossível, dadas a unificação do mercado nacional e a dispersão de plantas por todo o território brasileiro, falar de estruturas de mercado ao nível de uma determinada região. Assim, o efeito do MERCOSUL sobre a Região Sul depende do tipo de produto e da estrutura de mercado da indústria produtora desse bem. Se, em determinado produto, a produção nacional estiver ocorrendo numa indústria cuja estrutura de mercado apresente empresas líderes fora do âmbito regional e se o grau de competitividade destas for elevado, em condições de concorrer com produtos dos países do bloco, seguramente essas empresas líderes serão beneficiadas com o MERCOSUL. Nesse caso, poderá haver maior concentração do mercado, tanto por necessidades de ampliação da capacidade produtiva das líderes, como porque as firmas marginais, algumas delas localizadas na Região Sul, passarão por um processo de exclusão do mercado, se não tiverem condições de competitividade em relação aos produtos estrangeiros, ou sua sobrevivência será dada pelo atendimento de nichos de mercado. Da mesma forma, se na estrutura do mercado houver o predomínio de empresas líderes localizadas na Região Sul, a alteração da estrutura pode ocorrer via concentração de mercado na própria Região Sul, pela ampliação da capacidade produtiva das líderes e pela absorção de empresas de menor porte, como também empresas marginais localizadas dentro e fora da Região e que penetravam com seus produtos nessa área poderão sucumbir ou então encontrar novos mercados. Essas observações, embora resumidas, mostram que a integração dos mercados pelo MERCOSUL e seus efeitos extrapolam o nível regional, podendo, pois, serem mais ou menos fortes na região, dependendo da estrutura do mercado das indústrias produtoras dos diversos produtos que serão transacionados entre os países componentes do bloco.

Nesse sentido, um aspecto relevante e que permeia tanto a penetração de produtos nacionais no mercado internacional como também a capacidade de impor barreiras à entrada de produtos nos mercados nacional e regional diz respeito ao nível de competitividade das empresas localizadas no território brasileiro. É sabido que, de um modo geral, a participação de empresas brasileiras no comércio mundial é potencializada pelas políticas públicas de estímulo às exportações via subsídios, câmbios, etc. Junto com isso, algumas vantagens comparativas, como mão-de-obra barata e recursos naturais abundantes, permitiram maior inserção no comércio mundial. Essa prática permanente acabou reduzindo as necessidades de investimentos em tecnologia e modernização dos processos produtivos e acabou trazendo como consequência, em diversos segmentos, maior dificuldade na colocação de seus produtos no mercado externo. O modelo anterior, baseado em crédito fácil e subsídios públicos, dada a crise financeira do Estado, impõe repensar o modelo de crescimento que resguardou o funcionamento de empresas que não tiveram preocupação em aumento de eficiência produtiva.

Por outro lado, a criação do MERCOSUL insere-se no contexto da economia mundial em processo de profunda mutação. Assim, com referência especialmente aos setores integrados no comércio internacional, as dificuldades econômicas tendem a se exacerbar, quando se tem em conta o processo de reestruturação industrial por que passam as economias capitalistas avançadas e importadoras de produtos brasileiros. Esse processo de reestruturação passa pelo aumento da intensidade de incorporação

tecnológica que relativiza o poder de mercado de empresas nacionais que tiveram sua competitividade baseada em recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata. Ademais, e como parte do processo de reestruturação industrial, assiste-se ao desencadeamento de processos protecionistas e políticas agrícolas de auto-suficiência que comprometem a penetração de produtos brasileiros no mercado externo. Também como elemento complicador, o aparecimento de blocos comerciais tende a alterar a *performance* da comercialização de produtos agrícolas e da indústria a ela vinculada.

Nesse sentido, não só a manutenção da inserção da indústria brasileira no mercado internacional como também a própria defesa da indústria nacional no mercado interno passam, necessariamente, por esforços, visando aumentar a eficiência produtiva através de um aumento de produtividade que dê à economia brasileira e, por conseqüência, à economia regional vantagens competitivas dinâmicas. Evidentemente, isso passa também por uma necessidade de estabilização macroeconômica e por definições de prioridades de política industrial, na qual está embutida a necessidade de desenvolvimento de pesquisas básica e aplicada e formação de recursos humanos.

Nesses termos, a perspectiva de concretização do MERCOSUL apresenta-se, para as firmas oligopólicas que dominam a economia brasileira em praticamente todos os setores, como duplo desafio: por um lado, pela perspectiva de conquista de novos mercados, e, por outro, pela necessidade de elevar o nível de competitividade e eficiência produtiva. Nessa perspectiva, o MERCOSUL merece algumas referências específicas.

Em primeiro lugar, embora o MERCOSUL seja contemporâneo ao Mercado Comum Europeu e aos blocos Estados Unidos-Canadá-México e Japão-Sudeste Asiático, existem diferenças específicas quanto ao caráter desses processos, haja vista a trajetória histórica e o grau de avanço do capitalismo nesses diferentes espaços econômicos. A constituição desses blocos diz respeito a possibilidades de ganhos de produtividade, dados o aumento de escala de produção e o nível de renda da população, e, fundamentalmente e por conseqüência, objetiva dotar esses países de maior capacidade de auto-suficiência na produção de bens e serviços e de maior inserção no mercado mundial. Ou seja, ao mesmo tempo em que esses países constituem blocos regionais, visam ampliar espaços de mercado em escala internacional e, para isso, além dessa constituição em blocos, passam por processos de reestruturação industrial que incorporam novas tecnologias, obtendo, com isso, maior competitividade.

Ademais, existem diferenças fundamentais na formação desses blocos *vis-à-vis* ao MERCOSUL. Uma das diferenças básicas consiste em que o processo de integração nos países do Cone Sul, embora possa conduzir a determinados graus de especializações e a um processo de concentração industrial, é um processo que ocorre em países de capitalismo que apresentam diferenças substanciais em relação aos países de capitalismo avançado, especialmente no que se refere ao *gap* tecnológico. Isso num contexto de uma economia mundial em transição para novas bases tecnológicas, comerciais, financeiras e gerenciais, que sustentam a configuração das novas frentes de expansão do capitalismo a nível internacional.

Assim sendo, dada a conjuntura atual da economia capitalista mundial e da latino-americana e as mudanças estruturais da primeira, parece razoável esperar que a constituição do MERCOSUL possa permitir ampliação das escalas de produção via aumento da concentração industrial e conquistas de fatias maiores de mercado por empresas individuais no processo de concorrência que se abrirá. Todavia não se pode

esperar, em princípio, que o acordo fomente a ampliação absoluta dos mercados em termos globais, dada a conjuntura macroeconômica restritiva, os baixos níveis de renda *per capita* e a baixa densidade tecnológica das estruturas produtivas dos países integrantes do bloco.

Pode-se dizer que o desafio histórico enfrentado pelas economias latino-americanas no cenário do capitalismo mundial atual — diante do qual as possibilidades do MERCOSUL parecem excessivamente limitadas — é o de criar, simultaneamente, as bases tecnológicas, financeiras, comerciais e gerenciais que permitam maior aproximação das economias latino-americanas com as transformações que estão caracterizando o desenvolvimento da Terceira Revolução Industrial. Nesse sentido, problemas cruciais colocam-se a esse desafio, dentre os quais se destacam: a problemática do financiamento de longo prazo, a recorrência ao Sistema Financeiro Internacional e o elevado endividamento externo, a incipiência de núcleos endógenos de geração e desenvolvimento tecnológico, instabilidades macroeconômicas, sociedades de massas sem o consumo de massas, especialmente o Brasil.

Não é aparente, neste momento, que o projeto MERCOSUL venha a contribuir decisivamente para que as economias envolvidas enfrentem mais eficazmente problemas de tal magnitude.

Conclusão

De um modo geral, a economia da Região Sul nas últimas décadas passou por um profundo processo de transformação em sua estrutura produtiva. No setor industrial, ocorreu a ampliação de sua base produtiva, avançando significativamente o segmento de metal-mecânica e consolidando internamente segmentos tecnologicamente avançados e produtores de bens finais, especialmente nos ramos vinculados à agropecuária. Nesse mesmo segmento, no entanto, diversos setores de expressão na estrutura industrial permanecem como produtores de produtos semi-elaborados e complementares às cadeias produtivas nacional e internacional. A agricultura, na sua inserção na divisão inter-regional do trabalho, além de fornecedora de matérias-primas para as indústrias locais, aparece como fornecedora líquida de matérias-primas agrícolas para os mercados nacional e do Exterior.

A Região Sul e, mais especificamente, as suas classes dominantes têm sido beneficiadas, no plano social, pelos fluxos emigratórios, os quais, provavelmente, evitaram uma maior deterioração da situação social na sua estrutura urbana; o mesmo pode ser dito, com maior ênfase, sobre a situação social no campo: considerando o acentuado grau de mobilização social e política revelado pelo movimento dos agricultores sem terra na Região Sul, a despeito da emigração, não é difícil avaliar o potencial estimulante que teria sobre tal mobilização o represamento, na própria Região, do fluxo emigratório das duas últimas décadas. Adicionalmente, mantido o atual quadro de distribuição regional da renda nacional, a continuidade do fluxo emigratório apresenta-se como condição para a manutenção da renda *per capita* regional em níveis próximos à média nacional, a menos que a taxa de crescimento vegetativo da população continue caindo aceleradamente, como tem sido verificado.

Apesar do dinamismo revelado pela economia da Região Sul nas últimas décadas, tanto na agricultura como na indústria e no setor serviços, parece fora de dúvida que as suas taxas de crescimento global e setorial foram ainda insuficientes para dotar a Região de uma estrutura produtiva apta a absorver os acréscimos vegetativos da população, mesmo se levando em conta a significativa redução de suas taxas. Considerando o processo contínuo (ainda que atenuado) do desenvolvimento tecnológico na agricultura, é também indiscutível que a absorção de tais incrementos populacionais depende do crescimento industrial e da correspondente expansão da estrutura urbana e dos serviços relacionados a ambos. Isso significa que as estruturas industrial e urbana teriam que se expandir a taxas ainda superiores às ocorridas nas últimas duas décadas, a fim de que a Região pudesse não apenas manter, mas ainda ampliar, sua participação na geração da renda interna do País, sem deterioração da sua renda *per capita* média.

Do ponto de vista da perspectiva do setor industrial, é preciso se considerar dois aspectos importantes e que devem atuar como entraves ao crescimento que repita a *performance* das décadas anteriores. Primeiro, nos segmentos mais dinâmicos e que foram responsáveis pela diversificação da indústria regional, a perspectiva de crescimento sofre interferência da redução do nível de atividade econômica que predominou nos últimos anos e que continua. Dessa forma, o ambiente de crise na economia nacional tem reduzido sensivelmente o nível de investimentos e a possibilidade de alternativas de expansão do capital industrial nos diversos espaços geográficos que constituem a economia. Segundo, agregadas a esses fatores gerais, no que toca à agroindústria da Região, as perspectivas de expansão e de diversificação não são tão otimistas e nem podem repetir o mesmo desempenho de épocas anteriores. Esses segmentos estão consolidados e, dada sua vinculação ao setor agropecuário, apresentam limitações, pois, além do menor dinamismo desse segmento, deve-se ter em mente o processo de realocização de empresas locais para regiões de expansão agrícola.

A despeito da redução da participação da agricultura na estrutura setorial da renda da Região Sul, não há dúvida de que a agricultura continua proporcionando uma importante base da estrutura econômica regional. Isso significa que os níveis — absoluto e relativo — alcançados pela renda da Região dependem, em boa medida, da inserção da Região Sul no quadro da divisão inter-regional do trabalho na economia brasileira. A indústria e os serviços, assim como a estrutura urbana, continuam apoiados na ampla base econômica constituída pela agricultura. Sobre essa base organizou-se uma estrutura agroindustrial de significativa importância relativa a nível nacional. Essa circunstância tem, obviamente, implicações negativas a longo prazo, particularmente no estreitamento que ela impõe ao crescimento industrial.

Todavia não se pode excluir a hipótese de que ela tenha tido efeitos positivos, particularmente no contexto recessivo típico da economia brasileira na última década: considerando-se o grau de concentração industrial no Sudeste e o peso relativo dominante da indústria na economia brasileira, tem-se que os efeitos da recessão industrial tendem a concentrar-se mais fortemente na Região Sudeste. Portanto, a economia das regiões agrícolas não acompanha o ciclo econômico nacional proporcionalmente. Adicionalmente, dois fatores principais têm contribuído para que a agricultura no Brasil apresente uma evolução relativamente independente do ciclo econômico: por um lado, sua significativa inserção nos mercados externos e, por outro, o papel atribuído à agricultura na substituição de importações agrícolas. De fato, durante a década de 80, tanto as exportações agrícolas quanto a substituição de importações por produção interna tiveram papel de destaque na evolução da agricultura brasileira (REZENDE, 1989).

Como consequência desses dois fatores e da importância da agricultura como base da economia da Região Sul, é plausível supor que ela tenha sofrido, de modo atenuado, as consequências da recessão. Por outro lado, alguns eventos negativos afetaram a agricultura no fim da década de 80, destacando-se as condições desfavoráveis do mercado mundial da soja e os acidentes climáticos das safras 1989/90 e 1990/91. Todavia a Região Sul foi apenas levemente atingida pelo mau clima na safra 1989/90, e, embora drasticamente atingida na safra 1990/91, os danos econômicos desse fenômeno foram atenuados pela significativa elevação dos preços agrícolas a nível nacional. Do lado negativo, deve-se acrescentar aos acidentes climáticos a redução da área plantada de trigo, decorrente da desorganização da estrutura de comercialização desse produto pela injustificada privatização de sua comercialização e, em medida ainda não dimensionada, pela perspectiva da concorrência argentina decorrente da constituição do MERCOSUL.

No que se refere à constituição do MERCOSUL e seus efeitos sobre a economia, deve-se dizer, como está explícito no texto, que terão significados que extrapolam o espaço econômico da Região Sul. Nesse sentido, é necessário ter presente que a eficiência produtiva diz respeito à eficiência produtiva nacional. Nisso está implícito que o nível de competitividade está relacionado com a indústria nacional, para o qual se requerem definições de linhas de política econômica articuladas, com clarificação das prioridades e com o intuito de dotar o parque industrial brasileiro de competitividade dinâmica.

Bibliografia

- CANO, Wilson (1985). **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global.
- CANO, Wilson (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel.
- CASTRO, Antonio Barros de (1975). **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DALLA COSTA, Armando João, BIANCHINI, Valter (1991). **A integração e os avicultores no sul do Brasil**. (s.n.t.). (Texto apresentado no PIPSA em agosto).
- DENARDI, Reni Antonio (1990). Anotações sobre o perfil da agroindústria no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE A INTEGRAÇÃO ARGENTINA - BRASIL - URUGUAI NO SETOR AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL, Montevideo. (s.n.t.).
- FONSECA, Rinaldo Barcia (s.d.). **Tendencias generales y perspectivas del mercado mundial de productos agrícolas**. (Mimeo).
- IPARDES (1991). **Diagnóstico da base produtiva do Paraná: anos 80**. Curitiba: Fundação Edison Vieira.
- MACEDO, Mariano de Matos (s.d.). **Aspectos gerais relativos a constituição do Mercosul e o sentido da integração**. (Mimeo).
- MELO, Fernando Homem de (1985). A composição da produção no processo de expansão de fronteira agrícola brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.5, n.1, p.86-111, jan./mar.

MISKI, Jorge Khalil (1986). A questão regional e a região sul: comentários sobre a proposta da SUDESUL. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.8, n.4, p.1-4, abr.

OLIVEIRA, Francisco de (1977). **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, Francisco de, REICHSTUL, Henri-Philippe (1973). Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.4, p.131-168.

REZENDE, G. C. (1989). Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.553-578, dez.